

Diversidade Sexual

- Defesa da despatologização das identidades sexuais, o fortalecimento das práticas psicológicas baseadas na inclusão e no respeito às diferenças, discussões e ações que priorizem o direito à livre orientação sexual e enfrentamento da homofobia, dando visibilidade à Resolução CFP nº 001/1999.
- O Conselho repudia terapias reparadoras de orientação sexual, qualquer tentativa ou manifestação de discriminação, patologização, normatização, tratamento ou necessidade de intervenção profissional sobre questões que visem à cura, à correção, à reparação, ao ajustamento das expressões, aos sentimentos e às práticas homoafetivas e homoeróticas.



27/03/2015 - Direitos Humanos

CRPRS discute Gênero e Produção de Subjetividade

No dia 25/3, as comissões de Direitos Humanos e de Políticas Públicas do CRPRS promoveram debate sobre gênero e produção de subjetividade. Participaram da roda de conversa psicólogas, ativistas feministas, estudantes e demais integrantes da sociedade civil.

Joanna Burigo, que é mestre em Gênero e Mídia pela London School of Economics and Political Science, questionou o que os participantes entendiam quando se fala em gênero. A convidada afirmou que a discussão sobre gênero é importante para questionar a estabilidade dos conceitos do que é *masculino* e *feminino* socialmente.

A psicóloga Daniela Dell'Aglio seguiu a conversa, afirmando que as questões de gênero vêm atravessadas com outros marcadores, como etnia e condição social. Daniela introduziu o feminismo à discussão e explicou como as diversas ondas do movimento surgiram. Ela também destacou o perigo de se "produzir microfascismos quando se tenta impor uma unidade de ser mulher, um estereótipo".



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Buscar

NOTÍCIAS

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES

[Página inicial](#) > [Últimas](#) > Conselho Estadual LGBT toma posse no Palácio Piratini

Imprimir

RSS

JUSTIÇA

Conselho Estadual LGBT toma posse no Palácio Piratini

05/12/2014 às 19:05



Conselho Estadual de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, criado pelo governo neste ano, é um fato histórico para o RS - Foto: Claudio Fachel/Palácio Piratini - [Download HD \(1,58 MB\)](#)

Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica

- O CRPRS defende, incondicionalmente, a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. **Luta por uma sociedade livre de manicômios.**
- Durante muitos anos, a atenção em saúde mental esteve centrada no modelo manicomial. A Reforma Psiquiátrica possibilitou que os antigos manicômios começassem a ser substituídos por uma rede de serviços comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Residenciais Terapêuticos, as equipes de Consultório na Rua, os leitos em hospitais gerais, as cooperativas sociais e os empreendimentos solidários e as unidades básicas de saúde.
- O cuidado das pessoas em sofrimento psíquico deve ser **em liberdade**, a partir do convívio com a família, amigos e comunidade, por meio de serviços públicos que garantam uma **atenção humanizada** e promovam a **cidadania**.



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

23/03/2015 - Saúde Mental

Encontro em Caxias do Sul debate reforma psiquiátrica antimanicomial

Na sexta-feira, 20/03, mais de 200 militantes da luta antimanicomial, vindos de 20 municípios, estiveram reunidos em Caxias do Sul participando de atividade preparatória para o Encontro Gaúcho de Militantes da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial que acontecerá em maio. O evento foi realizado na UCS e teve como objetivo discutir sobre os desafios que se apresentam ao movimento e as estratégias de atuação futuras, para garantir um cuidado em saúde mental de qualidade e realmente antimanicomial.



02/03/2015 - Saúde Mental

Militantes da luta antimanicomial participam de Encontro na região Centro-Oeste

Na sexta-feira, 27/02, militantes do movimento antimanicomial estiveram reunidos em Santa Maria para o Encontro de Militantes da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial da Região Centro-Oeste. O evento foi realizado na Universidade Federal de Santa Maria e contou com a participação de aproximadamente 300 militantes, entre usuários dos serviços de saúde mental, familiares, trabalhadores e estudantes.



21/01/2015 - Saúde Mental

Sistema Conselhos entrega documento à Secretaria Estadual da Saúde

Em reunião realizada nesta terça-feira, 20/01, na Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, o Sistema Conselhos de Psicologia colocou-se à disposição para contribuir na construção de uma política de saúde mental que garanta o cuidado em liberdade. **As conselheiras do CRPRS Cristiane Bens Pegoraro e Mariana Allgayer e a conselheira do CFP Maria da Graça Jacques entregaram ao assessor parlamentar da Secretaria Estadual da Saúde, Rogério Nardele, documento que reforça a importância da política de saúde mental estadual estar de acordo com as diretrizes nacionais e com as deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial e da III Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial.**



entre linhas

Ano XIV
Número 59
Jan-Fev-Mar-Abr 2015



Malas Diretas Postal
Básica
1912 323/059/2015-CRPRS
CORREIOS



SAÚDE MENTAL: DIREITOS E DESAFIOS

Diante da ameaça de retrocessos nas conquistas da Reforma Psiquiátrica, o CRPRS vê com preocupação a gestão da política de saúde mental no estado e se mobiliza em defesa do cuidado em território.

Família(s)

Sistema Conselhos de Psicologia acompanha a tramitação do Estatuto da Família na Câmara dos Deputados.

pág. 12

Psicologia, trabalho e organizações

Confira entrevista com profissionais da área, que falam sobre a relação da Psicologia com o trabalho e com as organizações.

pág. 16

Encontro debate saúde mental

Mais de 300 militantes da luta antimanicomial estarão reunidos nesta sexta-feira, 27/02, em Santa Maria, para o Encontro de Militantes da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial da Região Centro-Oeste. A atividade será realizada das 8h às 18h no auditório do Centro de Ciências Rurais (CCR), prédio 42 do campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Neste dia, usuários, familiares e trabalhadores dos serviços de saúde mental estarão discutindo temas relacionados à saúde mental e ao cuidado de usuários de drogas. O movimento da luta antimanicomial defende o cuidado em liberdade e apoia as conquistas da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216 de 2001) que determinaram que manicômios começassem a ser substituídos por uma rede de serviços comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e residências terapêuticas.



Foto Osvaldo Dutra/A Razão

Encontro ocorrerá nesta sexta-feira, no Campus da UFSM, a partir das 8h

A atividade é preparatória para o Encontro Gaúcho que deverá acontecer no primeiro semestre de 2015. Inscrições gratuitas e vagas limitadas. Mais informações em <http://bit.ly/antimanicomial>.

O evento é organizado pelo Conselho Regional de Psicologia do

Rio Grande do Sul, Associação de Familiares, Amigos e Bipolares – AFAB, Coordenação de Saúde Mental de Santa Maria, Programa de Residência Multiprofissional da UFSM, Núcleo de Educação Permanente em Saúde de Santa Maria e 4ª Coordenadoria Regional de Saúde.

27/fev/2015, 7h57min

Em reunião com coordenador de Saúde Mental, ativistas cobram rumos da nova gestão

Send

Like 726

Tweetar 5

8+1 0



Sala onde reunião foi realizada, no Centro Administrativo, ficou lotada | Foto: Filipe Castilhos/Su21

Débora Fogliatto

Lotou a reunião do Conselho Estadual de Saúde (CES/RS) na tarde quinta-feira (26), quando foi discutida a política de saúde mental pretendida pela nova gestão. O coordenador dessa área na Secretaria Estadual de Saúde (SES), Luiz Illafont Coronel, esteve presente no encontro, acompanhado do secretário-adjunto da pasta, Francisco Paz, para esclarecer as dúvidas dos conselheiros e público presente. Após duas horas de

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

06/06/2014 - Saúde Mental

CRPRS participa da 4ª Parada Gaúcha do Orgulho Louco

O Conselho Regional de Psicologia marcou presença na 4ª Parada Gaúcha do Orgulho Louco. O evento realizado dias 05 e 06 de junho, em Alegrete, teve como tema “Sou o que sou, porque nós somos!”. Os conselheiros Bruna Osório e Marcelo Martins participaram da mesa de abertura e acompanharam o Encontro dos Grupos de Ajuda e Suporte Mútuos em Saúde Mental (GAS Mental) e a Plenária com os trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre protagonismo e autonomia de usuários da saúde mental.



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

25/04/2014 - Saúde Mental

10ª edição do Mental Tchê

O CRPRS participou da 10ª edição do Mental Tchê realizado no camping municipal de São Lourenço do Sul de 23 a 25 de abril. O evento, organizado pela Prefeitura do município, reúne anualmente cerca de 3 mil usuários, familiares, trabalhadores da rede e gestores, pessoas vindas de diferentes regiões do estado para reafirmar as conquistas da Reforma Psiquiátrica e reforçar a importância da manutenção do cuidado em liberdade.



18/mai/2015, 11h12min

Ação defende o cuidado em liberdade e o fim dos manicômios em Porto Alegre

Atores ficaram dentro de uma pequena cela para criticar lógica manicomial | Foto: Comunicação CRPRS
Do CRPRS

Em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial (18), o Conselho Regional de Psicologia (CRPRS) realizou no domingo (17) a ação “Prender não é Tratar” no Parque Farroupilha (Redenção) em Porto Alegre. Três atores dentro de uma pequena cela chamaram a atenção das pessoas que circulavam pelo Brique da Redenção contando suas histórias de exclusão e sofrimento. A ação teve o objetivo de divulgar para a sociedade a importância de uma sociedade livre de manicômios e que respeite as diferenças.

“Durante muitos anos, a atenção em saúde mental esteve centrada no modelo manicomial, em que as pessoas perdem suas referências de vida, são excluídas do convívio familiar, do trabalho, do local onde moram. A Reforma Psiquiátrica possibilitou que os antigos manicômios começassem a ser substituídos por uma rede de serviços na comunidade. Apesar disso, a lógica manicomial permanece existindo de diferentes formas”, explica a conselheira do CRPRS Mariana Allgayer.

Para o Conselho, usuários de drogas, pessoas em sofrimento psíquico ou consideradas fora dos padrões de normalidade devem ser cuidadas em liberdade, a partir do convívio com a família, amigos e comunidade, por meio de serviços públicos que garantam uma atenção humanizada e promovam a cidadania.

ARTIGO

Drogas, saúde mental e o cuidado

TATIANE BAGGIO

Conselheira do Conselho Regional de Psicologia do RS

Estado, sociedade civil e movimentos sociais discutem maneiras de lidar com o uso abusivo de drogas, no âmbito da saúde e das demais políticas públicas (educação, segurança, assistência social etc).

Recentes reportagens do jornal Pioneiro relataram suspeita de uso de drogas no CAPS Reviver, em Caxias do Sul, e a decisão do poder público de cercar o local. Não acreditamos que medidas como essas reduzam o sofrimento psíquico dessa população e tragam melhorias na qualidade de vida. Essa iniciativa não dá conta da complexidade do tema. É necessário salientar a precarização desses serviços, a diminuição progressiva do quadro de trabalhadores e a falta de investimento na rede de saúde mental.

Em 2010, a ONU lançou o documento “Da coerção à coesão: Tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição”. Em consonância com outros organismos internacionais, alerta que ações punitivas servem apenas para afastar os usuários dos espaços de tratamento, impossibilitando qualquer forma de cuidado dessa população. Por isso, defendemos todos os serviços e trabalhadores que se colocam junto aos usuários, nos serviços e nas cenas de uso de drogas, como forma mais potente de oferecer cuidado em saúde para quem, talvez, nunca conseguisse acessá-lo. Esse modo de trabalho é mundialmente reconhecido como redução de danos e está em pleno desenvolvimento em diversos países.

A Rede de Atenção Psicossocial tem, pois, papel fundamental na promoção de um cuidado integral e humanizado no território de quem faz uso abusivo de drogas. É por meio de serviços de atenção básica, CAPS, Consultório na Rua, Unidades de Acolhimento, Serviços Residenciais Terapêuticos e leitos em hospitais gerais que a política de saúde mental preconizada pelo SUS é executada.

No mês em que comemoramos as conquistas do movimento da reforma psiquiátrica no país, o CRP-RS expõe a preocupação com a precarização do trabalho e o sucateamento dos serviços importantes para a constituição da rede de atendimento em saúde mental, em oposição a políticas centralizadas em hospitais psiquiátricos.

Redução da Maioridade Penal

O CRPRS é contrário aos Projetos de Leis que visam à redução da maioridade penal.

- As crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e devem ter atendimento diferenciado e prioritário.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas especiais, socioeducativas, a serem aplicadas a adolescentes em conflito com a lei.
- As propostas de redução da maioridade penal são alicerçadas em paradigmas que naturalizam a relação entre pobreza e criminalidade



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

27/04/2015 - Subsede Serra

Audiência Pública em Caxias do Sul debate redução da maioria penal

O CRPRS participou de audiência pública na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul na sexta-feira, 24/05, para discutir sobre a redução da maioria penal. A atividade, promovida pela Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude, reuniu cerca de 150 pessoas. Um relatório com as opiniões registradas na audiência será encaminhado a deputados, senadores e à Presidência da República.

As colaboradoras do CRPRS Gisele Molon, Fernanda Fioravanzo e Deise Moraes participaram da audiência pública apresentando o posicionamento do



Núcleo do Sistema Prisional promoveu reunião para debater o tema da redução da maioria penal em 15/04/2015 na sede do CRPRS.

SUS 100% Público

- Somente com o **fortalecimento do sistema público** e das equipes multiprofissionais que a integralidade no cuidado à saúde será garantida a toda população brasileira.
- Defende a necessidade de um processo de trabalho solidário e não-hierárquico entre os saberes que convergem na relação gestão-trabalhadores-usuários.
- Promove sempre o protagonismo do usuário nos processos de produção de saúde.



SUS 100% Público

- **Convênios** firmados entre poder público e instituições privadas constituem **formas indiretas de privatização**. Essa prática leva à precarização nas relações de trabalho e gera instabilidade na manutenção dos profissionais contratados.
- A criação de equipamentos que substituam os serviços públicos coloca em risco o desenvolvimento de uma política que garanta um atendimento de qualidade e que reafirme o princípio constitucional de que a saúde é direito de todos e dever do Estado.
- **Lutamos pelo caráter público e a efetivação do SUS** como parte de um projeto de sociedade em que todos tenham igualdade de condições de vida.



Espaço do leitor

Ameaça à saúde pública

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) vê com preocupação o fato do Hospital Universitário de Santa Maria (Husm) – maior hospital público da região, referência para 44 municípios – ser gerido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A proposta representa uma ameaça à saúde pública, pois introduz junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) a figura da empresa pública de direito privado.

Os convênios na área de saúde firmados entre poder público e instituições privadas constituem formas indiretas de privatização, uma vez que entidades privadas assumem a gestão de serviços de saúde incluindo o patrimônio, equipamentos, trabalhadores e outros recursos públicos.

Esses modelos de gestão levam a precarização nas relações de trabalho, geram instabilidade na manutenção dos profissionais contratados e consequentes dificuldades na estruturação das equipes. Além disso, uma eventual interrupção no contrato deixaria a população desassistida.

É preciso refletir sobre os interesses que motivam uma organização privada a fazer a gestão de

um serviço público. Será que interesses econômicos não predominariam sobre os interesses da população usuária e dos próprios trabalhadores do SUS? Não podemos permitir que a saúde da população sirva de moeda de troca em meio ao jogo político-partidário ou como mercadoria para iniciativa privada.

O CRPRS acredita que é responsabilidade de toda a sociedade defender o SUS, uma grande conquista do povo brasileiro, como universal, integral, equânime, descentralizado e estruturado no controle social. Lutamos pelo caráter público da saúde e a efetivação do SUS como parte de um projeto de sociedade em que todos tenham igualdade de condições de vida digna.

A criação de equipamentos que substituam os serviços públicos coloca em risco o desenvolvimento de uma política que garanta um atendimento de qualidade e que reafirme o princípio constitucional de que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Cristiane Bens Pegoraro
Presidente da Comissão de
Políticas Públicas do CRPRS
Porto Alegre

Emergências e Desastres

- Situações de desastres e catástrofes naturais e/ou humanas têm sido uma temática discutida na área de saúde mental.
- A Psicologia colabora em situações de emergências e desastres, prestando atendimento psicológico a vítimas e familiares e articulando o gerenciamento da crise junto aos órgãos públicos, e nos processos de organização comunitária e social para o fortalecimento do protagonismo das populações afetadas na definição dos seus projetos de cidadania.
- Apoio à construção de protocolos de ações ancorados a políticas públicas comprometidas com a prevenção das emergências e desastres.



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

10/11/2014 - Emergências e Desastres

2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil tem representante do CRPRS

A conselheira Bruna Osório participou da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (2ª CNPDC) que aconteceu em Brasília de 04/11 a 07/11. Bruna foi eleita delegada para representar o segmento dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas. O CRPRS integrou a Comissão Organizadora por acreditar na importância da participação da categoria para a construção de uma política pública que, de fato, esteja comprometida com a prevenção das emergências e desastres, invertendo a lógica de atuação nessas situações que geralmente acontece somente após a ocorrência das tragédias.

Foto: Augusto Coelho / MI



10/10/2013 - Emergências e Desastres

Roda de Conversa debate experiência de Santa Maria no enfrentamento de emergências e desastres

Psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e estudantes participaram de Roda de Conversa promovida pela Comissão de Políticas Públicas na quarta-feira, 09/10, sobre o trabalho realizado pelo CRPRS Santa Maria em virtude do incêndio da boate Kiss, em 27/01.

As ex-conselheiras Vera Lucia Pasini e Loiva dos Santos Leite relataram como foram mobilizadas e o envolvimento do CRPRS necessário para ajudar a organizar a rede de atendimento psicossocial da município.



Sistema Prisional

- Atuação na defesa dos direitos das pessoas em privação de liberdade fomentando políticas de desenvolvimento, de assistência à saúde, ao trabalho e à educação e na garantia de direitos preconizados na Lei de Execuções Penais (LEP).
- Somos terminantemente contra ações de criminalização da pobreza e de intervenções segregacionistas.
- Apoiamos a construção da cidadania, o fortalecimento de laços sociais e a promoção de saúde mental.
- Colaboramos com a construção de políticas de superação das lógicas maniqueísta e punitivista que atuam na instituição e na sociedade.





TORNOZELEIRA ELETRÔNICA É TEMA DE DEBATE EM PELOTAS



08 setembro

18/08/2014

[Imprimir esta notícia](#) [Compartilhe com seus amigos](#)

EVENTO GRATUITO SERÁ REALIZADO NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, 15/09.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) promove discussão sobre o uso da tornozeleira eletrônica no Sistema Penitenciário brasileiro na segunda-feira, 15/09, às 14h, na Subsele Sul do CRPRS (Rua Félix da Cunha, 772/304), em Pelotas. O debate "Monitoração eletrônica e a atuação do psicólogo com a nova tecnologia" é gratuito e aberto ao público.

Para o CRPRS, é preciso ampliar a discussão deste tema junto à população. "Precisamos pensar neste cenário em que a prisão sai também para fora do cárcere tradicional, oferecer acompanhamento das pessoas em situação de monitoramento eletrônico, para incluí-las em redes de apoio, assistenciais e/ou interseccionais. Só assim, podemos alguns garantir direitos fundamentais, como dignidade e a concreta inserção em territórios e comunidades. Recuperar pessoas, se é que podemos dizer isso, é muito mais que apenas vigiá-las para não reincidirem em delitos", explica a psicóloga Luciane Engel, integrante do Núcleo do Sistema Prisional do CRPRS.

Outro problema, segundo Luciane, diz respeito às políticas penais pensadas e efetivadas em torno da punição e do controle. "Este é o cerne que movimenta a engenhagem, demonstrando ter maior importância do que a própria vida humana", explica Luciane.

Mais informações sobre o evento pelo e-mail comissao@crprs.org.br.



CRPRS | CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

09/02/2015 - Sistema Prisional

Núcleo do Sistema Prisional discute Projeto de Lei que altera a Lei de Execuções Penais

Na sexta-feira, 06/02, o Núcleo de Trabalho do Sistema Prisional promoveu reunião na sede do CRPRS em Porto Alegre para discutir sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 513 de 2013, que tem por objetivo alterar a LEP – Lei de Execuções Penais (Lei 7.210 de 11 de julho de 1984).

No encontro, conselheiros/as, colaboradores/as, funcionários da Área Técnica e psicólogos/os das áreas Prisional, Saúde e Políticas Públicas, analisaram as propostas de alteração do PLS encaminhadas pelos Núcleos do Sistema Prisional do CRPRS, que discutiram o tema em reuniões realizadas no último semestre de 2014 na sede e subseleções do CRPRS.



Para o Núcleo do Sistema Prisional, o trabalho realizado é de extrema importância já que a Lei de Execuções Penais é a que subsidia as práticas nas prisões. É por meio desta Lei que a garantia de direitos pode ser concretizada, permitindo o acesso do sujeito preso à saúde, ao trabalho, à educação e à cidadania. "A Psicologia tem um papel fundamental neste trabalho. É este o momento de manifestar o nosso dever com a população encarcerada. Percebemos que o PLS 513/2013 traz propostas progressivas que vêm ao encontro de leis, como a da Reforma Psiquiátrica, e aos princípios do SUS, alterações que almejamos há muito tempo, desde 1984 quando a LEP foi construída", explicou a conselheira Luciane Engel, integrante do Núcleo do Sistema Prisional da sede do CRPRS e coordenadora deste trabalho.

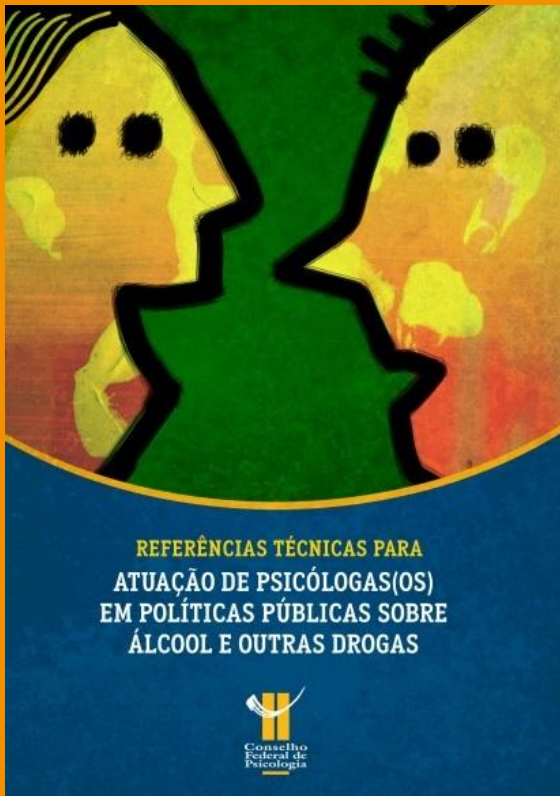
Como sugestão ao PLS, o CRPRS incluiu propostas que ressaltam o papel da Psicologia no trabalho com a saúde, com o desenvolvimento e com a autonomia, enfatizando o olhar para as singularidades dos sujeitos e investindo na desconstrução do estereótipo biopsicogenético que acaba por produzir discriminação e exclusão social. Também, foram apontadas outras questões como o trabalho, sugerindo que este seja um vetor de inserção social e condição de dignidade humana para o sujeito preso.

"As propostas do CRPRS visam, sobretudo, à construção de um olhar que permita ver o sujeito além do crime cometido e que as práticas de cuidado sejam priorizadas para esta população", afirmou Luciane. As sugestões serão, agora, encaminhadas ao Conselho Federal de Psicologia e, posteriormente, apresentadas ao Senado Federal.

Política de Drogas

- O CRPRS é contrário a qualquer forma de criminalização do usuário de drogas, tal como está posto na Lei sobre Drogas brasileira.
- Para pessoas que apresentam danos de uso, defesa do cuidado em saúde em liberdade e o mais próximo do seu território.
- Redução de Danos como importante estratégia, pois tem como condição o protagonismo de cada um no seu tratamento
- Contra formas de tratamento que se pautem por obrigações ao trabalho, práticas espirituais/religiosas e que privem o direito à liberdade, à expressão, à privacidade e quaisquer outros direitos de todos os cidadãos.
- Defesa da regulamentação das drogas





Notícia publicada no site www.crprs.org.br

15/07/2014 - CREPOP

Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas

O Conselho Regional de Psicologia fez o lançamento das Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas, no sábado, 12/07, em Porto Alegre. O documento foi produzido a partir da metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).



O tema da pesquisa surgiu de uma demanda da categoria apontada no VI Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 2007, indicando a necessidade do Sistema Conselhos promover discussões e ações acerca da questão, destacando-se a violação dos Direitos Humanos e a importância da perspectiva da redução de danos (RD) no atendimento aos usuários de álcool e outras drogas no Sistema Único de Saúde (SUS).

No Rio Grande do Sul, a pesquisa foi desenvolvida em 2009 por meio do mapeamento dos psicólogos que atuavam na área, identificando as políticas e serviços oferecidos a usuários de álcool e outras drogas. Além da pesquisa online, disponibilizada a toda categoria, foram realizados dois encontros presenciais, um exclusivo para psicólogos e outro multiprofissional.

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

15/05/2014 - Políticas Públicas

Regulamentação da maconha é debatida no CRPRS

Com o objetivo de discutir sobre os efeitos de uma possível regulamentação, compreender os diferentes modelos de regulamentação existentes e construir um posicionamento da categoria frente a essa questão, o CRPRS promoveu na quarta-feira, 14/05, o debate **“O que a regulamentação da maconha muda na minha vida?”**.

A presidente da Comissão de Políticas Públicas, Cristiane Bens Pegoraro, destacou a importância de promover espaços de reflexão para essa temática. **“No III Congresso Nacional de Psicologia (CNP), instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, decidimos contribuir para a superação da lógica do proibicionismo e da guerra às drogas”**.





Internação Compulsória

- O CRPRS é contra a internação compulsória (determinada pela Justiça) e a internação involuntária (determinada por familiares), pois acredita que a vontade do usuário deve sempre ser respeitada.
- Apoio ao tratamento integral e integrado a pessoas em situação de vulnerabilidade
- Afirmação do cuidado em meio aberto, humanizado, com equipes multiprofissionais qualificadas, que tenham condições de trabalho dignas garantidas,
- Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema de Garantia dos Direitos.

30/05/2014 - Políticas Públicas

Debate sobre Internação Compulsória tem a participação do CRPRS

A conselheira presidente do CRPRS, Alexandra Ximendes, participou do “Ciclo de Debates Direito e Política”, em 27 de maio, em Porto Alegre, com o tema Internação Compulsória. O evento foi promovido pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) em parceria com a Escola Superior de Advocacia Pública da Associação dos Procuradores do Estado do RS (Esapergs).

A atividade contou com a presença do procurador-geral do estado, Carlos Henrique Kaipper, e teve mediação da procuradora Fernanda Tonetto.



‘Internação compulsória infringe princípio de humanização do cuidado’

Conforme a presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS), Alessandra Xavier Miron, o estatuto inteiro é problemático. “Já começa com aquela conceituação de família e tudo o que vem na sequência se refere a isso. É claramente uma posição da frente religiosa para trazer empecilhos para casais homoafetivos, assegurando valores da religião através de uma lei”, ressalta.

O PL, portanto, fere a laicidade do Estado, na visão da psicóloga.

Para Alessandra, a proposta de fazer políticas públicas voltadas para as famílias já é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “Não há nada de novo no texto, só vem com esse incremento de definir o que é família. Esse posicionamento não é por acaso, ainda mais agora, com essa bancada conservadora que temos no Parlamento”, avalia.

Sobre a internação compulsória, o conselho gaúcho é contrário. “Inclusive, somos contra a regulação das comunidades terapêuticas (instituições privadas que oferecem acolhimento gratuito a pessoas dependentes químicas), pois elas infringem a ideia de humanização do SUS. Acreditamos no cuidado em liberdade”, destaca a presidente da entidade.

Em relação à disciplina de

Educação para a Família, Alessandra também questiona. “Essa ideia pressupõe que só existe um tipo de família, que foi uma construção social muito antiga, do final do feudalismo. Mesmo naquela época, o modelo de família foi constituído para atender aos interesses sociais do momento. O conceito deve ser ampliado, pois devem incorporar as transformações dos nossos tempos”, salienta.

Relações Raciais

- O CRPRS repudia toda e qualquer prática discriminatória nas relações raciais.
- Busca realizar ações e estratégias que enfrentem a discriminação racial e o preconceito na profissão do/a psicólogo/a.
- Promove e afirma a Resolução do CFP nº 18/2002, que estabelece normas de atuação para os/as psicólogos/as em relação ao preconceito e à relação racial, seguindo os preceitos éticos da profissão.
- Busca realizar ações e estratégias que enfrentem a discriminação racial e o preconceito na profissão do/a psicólogo/a.



Algumas palavras

O CRPRS lança hoje, 20/11, Dia da Consciência Negra, o primeiro vídeo do projeto "Algumas palavras". De forma alusiva à data, o vídeo traz a conselheira Caroline Martini Kraid Pereira, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRPRS, falando sobre a atuação da Psicologia no tema das Relações Raciais.

Os vídeos, a respeito de diferentes temas discutidos pelas Comissões, serão disponibilizados no canal do CRPRS no YouTube, em www.youtube.com/crprs. Confira o vídeo:



f /conselhopsicologiar

@crprs

YouTube /crprs

CRPRS
Comissão Brasileira
de Psicologia
na Área Especial do TCU
www.crprs.org.br

entre linhas

Ano XIV
Número 68
Out-Nov-Dez 2014



Mala Direta Postal
Básica
89123237892013-01/RS
CRPRS
...CORREIOS...



Releitura da obra "A Redenção de Cam" de Modesto Brocos (1895).

RELAÇÕES RACIAIS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Psicologia, Religião
e Espiritualidade:
como dialogar?

pág. 12

Clínica Psicológica
em consultório

pág. 19

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

03/02/2015 - Direitos Humanos

Colaboradora do CRPRS integra gestão da ANPSINEP

A psicóloga Gláucia Fontoura passa a integrar a gestão 2015 da Articulação de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP, como representante da região Sul. A primeira reunião do ano será realizada dias 07 e 08/02 em Brasília para construção do planejamento estratégico da organização.

Para a presidente do CRPRS, Alessandra Xavier fortalecer o debate sobre relações raciais no Conselho Regional de Psicologia, e para ampliar o diálogo com a comunidade.

Em 2015, a ANPSINEP quer fortalecer o compromisso dos/as psicólogos/as no enfrentamento do racismo e da violência de gênero. A ANPSINEP será criada por meio de subsídio da Assembleia Nacional da Articulação de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es).



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

18/03/2015 - Direitos Humanos

Relações raciais e o feminino em debate

O Núcleo de Relações Raciais, vinculado à Comissão de Direitos Humanos, realizou sua primeira atividade em 11/03, com o tema "Relações raciais e o feminino", na sede do CRRPS, em Porto Alegre. O debate, que faz parte dos encontros transversalizados pelo tema "Direitos da Mulher" que estão sendo realizados em março pela Comissão, teve como convidada a psicóloga Maria Luísa Pereira de Oliveira.



Gláucia Fontoura, psicóloga e colaboradora do CRPRS, iniciou apresentando linha do tempo que trazia o histórico de ações da Comissão de Direitos Humanos envolvendo o tema das relações raciais, como as rodas de conversa realizadas e as parcerias com diferentes instituições. Conforme Eliana Xavier, coordenadora do núcleo, "a linha do tempo trouxe dados que ratificaram a criação do Núcleo de Relações Raciais, na medida em que assinala as interlocuções do CRPRS com o movimento social negro e com trabalhadores das distintas políticas públicas."

Psicoterapia / Práticas Clínicas

- É um importante e tradicional campo de atuação profissional.
- A intervenção psicoterápica potencializa o cuidado ao sujeito e a promoção de saúde integral, devendo ser sustentada por parâmetro técnicos e éticos, para além da diversidade de linhas teóricas.
- O compromisso com a sociedade é sustentado na orientação e fiscalização aos psicólogos, primando pela acessibilidade da psicoterapia à população, nos mais diversos espaços de atuação e prática clínicas.
- O CRP reitera o compromisso social com a categoria e sociedade, zelando pelo fazer técnico e ético nas prática clínicas.

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

06/05/2015 - Psicoterapia

CRPRS divulga resultado de pesquisa sobre a atuação dos psicólogos/as vinculados/as a planos de saúde

Com o objetivo de conhecer e qualificar a realidade do exercício profissional nos atendimentos prestados nos planos de saúde, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) realizou pesquisa junto à categoria sobre a atuação dos psicólogos/as vinculados/as a planos de saúde. **O resultado dessa iniciativa, organizada pela Comissão de Psicoterapia, foi apresentado em reunião da Comissão na sexta-feira, 24/04, na sede do CRPRS.**



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

15/05/2015 - Subsede Serra

Resultado de pesquisa sobre convênios com planos de saúde é apresentado na Serra

O resultado de pesquisa realizada pelo CRPRS com a categoria sobre convênios com planos de saúde foi apresentado a psicólogos/as da Serra na quarta-feira, 13/05.

A atividade, realizada na Subsede Serra, marcou o início das atividades do Núcleo de Psicoterapia na Serra que passará a se reunir periodicamente.

A pesquisa realizada pela Comissão de Psicoterapia do CRPRS teve como objetivo conhecer e qualificar a realidade do



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

24/04/2015 - GT Norte - Passo Fundo

Roda de conversa sobre Psicoterapia é realizada pelo GT Norte – Passo Fundo

Na quarta-feira, 22/04, psicólogos/as da região norte do estado participaram de roda de conversa sobre Psicoterapia realizada pelo CRPRS em Passo Fundo.

A conselheira Tatiane Baggio participou do evento falando sobre a importância da psicoterapia como um tradicional campo de atuação profissional. “A intervenção psicoterápica potencializa o cuidado ao sujeito e a promoção de saúde integral, devendo ser sustentada por parâmetros



Medicalização da Vida

- Apoio aos movimentos sociais como o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade na luta contra a naturalização e a individualização do entendimento de saúde e de comportamento humano.
- A medicalização da vida tende a transformar processos coletivos em individuais e reduzi-los a explicações biogenéticas.
- O processo de medicalização/patologização da vida reforça os aspectos históricos, políticos e econômicos de culpabilização do indivíduo sobre o fracasso escolar, profissional e social.



ZH Explica

Entenda os motivos para o aumento de 800% no uso de Ritalina no país

Medicamento é usado para tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)

11/08/2014 | 21h15



Na última década, a importação e a produção do medicamento também cresceram 373% no P

16 | O SUL

Porto Alegre, terça-feira, 12 de agosto de 2014

BRASIL REGISTRA UM AUMENTO DE 775% NO CONSUMO DE RITALINA EM DEZ ANOS.

Em dez anos, a importação e a produção de metilfenidato – mais conhecido como Ritalina, um de seus nomes comerciais – cresceu 373% no País. A maior disponibilidade do medicamento no mercado nacional impulsionou um aumento de 775% no consumo da droga, usada no tratamento do TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Os dados são de pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

O remédio é usado sobretudo em crianças e adolescentes, os mais afetados pelo transtorno. Para especialistas, a alta no uso do medicamento reflete maior conhecimento da doença e aumento de diagnósticos, mas também levanta o alerta de uso indevido da substância, até por pessoas saudáveis que buscam aumentar o rendimento em atividades intelectuais.



REMÉDIO é indicado para tratar o déficit de atenção e a hiperatividade.

Em sua tese de doutorado pela UERJ, defendida em maio, a psicóloga Denise Barros compilou os dados dos relatórios anuais sobre substâncias psicotrópicas da Junta Internacional de Controle de Narcóticos, órgão vinculado às Nações Unidas. De acordo com o levantamento, o volume de metilfenidato importado pelo Brasil ou produzido em território

nacional passou de 122 quilos, em 2003, para 578 quilos, em 2012, alta de 373%.

A pesquisadora cruzou os dados da produção e importação e do estoque acumulado em cada ano, dado disponível nos relatórios, para chegar aos prováveis índices anuais de consumo. Segundo o estudo, foram 94 quilos consumidos em 2003 contra 875 quilos em

2012, crescimento de 775%. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) confirmou a tendência de alta. Segundo o órgão, o número de caixas de metilfenidato vendidas no Brasil passou de 2,1 milhões em 2010 para 2,6 milhões em 2013.

A especialista lembrou ainda que há casos de adultos sem o transtorno que tomam o metilfenidato para melhorar a concentração e o foco nos estudos. “Isso é comum entre concurreseiros, vestibulandos, estudantes de Medicina.”

DIAGNÓSTICO – Para o psiquiatra infantil Rossano Cabral Lima, professor da UERJ, a alta no consumo é um alerta, pois o diagnóstico de TDAH nem sempre é acompanhado de uma investigação profunda das possíveis causas do comportamento inquieto da criança. Já o presidente da ABP (Associação

Brasileira de Psiquiatria), Antônio Geraldo da Silva, salientou que, apesar da alta no consumo, ainda existem milhares de brasileiros com TDAH sem tratamento.

CONSELHO DE PSICOLOGIA –

Para a psicóloga Simone Bampi, conselheira do CRPRS (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul), a medicalização da educação nas escolas tornou-se um problema de saúde pública e coletiva, no Brasil e no mundo. “O fato de a criança não aprender ou não se comportar em sala de aula é relacionado a alguma doença, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Essa simplificação de diagnóstico não nos permite refletir sobre os verdadeiros motivos desse desinteresse, considerar o contexto no qual a criança está inserida”, enfatizou Simone. (Fernanda Baldini com agências)

programa > Notícias, TVE Reporter > TVE Repórter discute a medicalização da infância

TVE Repórter discute a medicalização da infância

15/04/2015



0



0



0



O consumo crescente de medicamentos para “melhorar o comportamento” de crianças levanta uma série de questões sobre a atuação dos médicos e do sistema educacional. Será que o comportamento infantil está começando a ser considerado uma doença e questionar ou não se enquadrar nos padrões de comportamento exigidos pela escola ou na vida social virou transtorno? Essas questões mostram aspectos preocupantes da sociedade contemporânea e da nossa relação com a infância. O TVE Repórter desta

Descentralização

- O CRPRS acredita no processo de descentralização do trabalho a fim de alcançar todos os/as psicólogos/as e atender às demandas e diferentes realidades regionais do Estado.
- Este processo envolve articulação de todas as áreas de trabalho e Comissões da Sede junto ao trabalho das Subsedes e GTS regionais.

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

06/03/2015 - Subsede Sul

Reunião mobiliza profissionais da Região Sul do estado

Na quinta-feira, 05/03, psicólogos/as da Região Sul do estado participaram de reunião na Subsede Sul, em Pelotas, para discutir a atuação do CRPRS na região. Uma próxima reunião foi agendada pelo grupo para quinta-feira, 12/03, às 19h, na Subsede em Pelotas (Rua Félix da Cunha, 772/304) para nomeação da Comissão Gestora e organização dos grupos de trabalho que passarão a se reunir periodicamente na Subsede.



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

31/03/2015 - Subsede Sul

Divulgado resultado de consulta pública sobre o futuro da Subsede Sul em Pelotas

Realizada de 12/02 a 12/03, a Consulta Pública sobre o futuro da Subsede Sul contou com a participação de 132 pessoas, sendo 118 psicólogos e 14 estudantes. **Para 91,91% dos participantes da enquête, o CRPRS deve manter a Subsede Sul em Pelotas.**

Entre os participantes, 21,19% estão inscritos no CRPRS há pelo menos 20 anos, 84,85% residem em municípios atendidos pela Subsede Sul e 75% atuam na região.

Os motivos que levaram a diminuição da participação da categoria da Subsede Sul, as sugestões de atividades que aproximariam mais os profissionais da região com o CRPRS e os temas que devem ser trabalhados pelos núcleos e grupos de trabalho da região servirão de subsídio para as ações desenvolvidas na região.



www.crprs.org.br/dialogo



Porto Alegre

Caxias do Sul



Santa Maria

Cachoeira do Sul



Pelotas

Laicidade

- Defesa da laicidade da profissão como um dos alicerces da prática profissional, não aceitando que crenças pessoais religiosas interfiram no fazer do/a psicólogo/a.
- Respeito e defesa da liberdade de crença, consciência e toda a diversidade religiosa presente na cultura brasileira, entendendo que fazem parte das diferentes formas do indivíduo ser no mundo.
- Pauta suas ações nas ciências psicológicas para gerar e promover saúde na sociedade e em indivíduos, contestando, veementemente, os discursos fundamentalistas e violadores de direitos.
- Apoio e defesa do Estado laico de fato e de direito.



Algumas palavras

Hoje, 10/12, Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o CRPRS lança o segundo vídeo do projeto "Algumas palavras". O vídeo traz a conselheira Tatiane Baggio falando sobre Laicidade e Psicologia.

O projeto traz vídeos que abordam os diferentes temas discutidos pelas Comissões do CRPRS, que estão sendo disponibilizados no canal no YouTube, em www.youtube.com/crprs. Confira o vídeo:



f /conselhopsicologiar

@crprs

YouTube /crprs



www.crprs.org.br



CRPRS | CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

**Conselho Regional de
Psicologia do Rio Grande do Sul**
Av. Protásio Alves, 2854/301
CEP 90410-006 - Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3334-6799

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

06/10/2014 - mais

Psicologia, laicidade e discurso religioso nas Eleições

Neste momento de proximidade das eleições no Brasil, a Psicologia não pode se manter neutra em função de seu compromisso com a democracia em sua plenitude. O Sistema Conselhos de Psicologia vem a público reafirmar o seu posicionamento frente à consolidação do Estado Laico e manifestar sua preocupação acerca do uso indiscriminado do discurso religioso na política.

A liberdade, inclusive a religiosa, vem sendo cerceada por manifestações fundadas na segregação e na polarização dos mais diversos grupos. A diversidade de crenças, saberes, posicionamentos sociais e existenciais precisa ser assegurada. A agenda de Direitos Humanos e, consequentemente, os direitos dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, tais como direitos sexuais e reprodutivos, das diversas configurações de família, da infância e juventude, dos usuários de álcool e outras drogas, dos povos tradicionais, vem sendo reiteradamente prejudicados pela imposição de propostas políticas pautadas em argumentos religiosos fundamentalistas.

A Psicologia reconhece a diversidade das subjetividades e da autodeterminação dos grupos sociais na expressão de suas livres consciências, moralidades e práticas. Entende também a importância da religião, da religiosidade e da espiritualidade na constituição de subjetividades, particularmente num país com as especificidades do Brasil. A riqueza da democracia reside na preservação da diversidade manifesta nos diferentes modos de ser e de viver, que precisam ser preservados em sua pluralidade de acordo com o marco constitucional. A autonomia de indivíduos e grupos sociais não pode ser violada devido à imposição de grupos fundamentalistas.

Para a manutenção democrática do debate eleitoral, acreditamos que candidatos e partidos devem manifestar seus projetos, sem apelar para ideologias que promovam a violência e a cristalização de valores fundamentalistas. A psicologia, comprometida com seus princípios éticos, defende veementemente a liberdade do voto e repudia qualquer forma de cerceamento. Desta forma, nós, psicólogas e psicólogos, reafirmamos nossa corresponsabilidade na edificação de uma sociedade democrática.

Conselhos Regionais de Psicologia das seguintes regiões: CRP-01 (Distrito Federal); CRP-03 (Bahia); CRP-04 (Minas Gerais); CRP-05 (Rio de Janeiro); CRP-06 (São Paulo); CRP-07 (Rio Grande do Sul); CRP-08 (Paraná); CRP-10 (Pará e Amapá); CRP-12 (Santa Catarina); CRP-13 (Paraíba); CRP-16 (Espírito Santo); CRP-20 (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima); CRP-21 (Piauí).

ÉTICA

- A ética profissional deve ser pensada para **além dos princípios regulamentadores, técnicos e científicos da profissão.**
- Deve-se **considerar os efeitos dos posicionamentos profissionais** que possibilitem experimentar a Justiça por meio de relações mais maduras, mais transparentes e equânimes que considerem o coletivo como objetivo das ações individuais.
- CRPRS é **contrário à Judicialização da Vida** e aos movimentos que a reforcem.
- Problematisa o lugar que a Psicologia ocupa na sociedade e a maneira como atende à demanda de intervir na relação de terceiros.
- Orienta a categoria sobre os riscos aos quais expõe a si e a sociedade ao tomar seu saber como fonte de explicação (linear), julgamento, categorização e solução de problemas a partir da emissão de documentos usados para legitimar algo que está posto como verdade.

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

14/05/2015 - Ética

Produção de documentos psicológicos é tema de evento no CRPRS

A Comissão de Ética do CRPRS promove na quinta-feira, 28/05, às 14h, na sede do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854 – 4º andar) o evento “Conversando com a Comissão de Ética sobre a Produção de Documentos Psicológicos”. Serão apresentados exemplos fictícios de documentos psicológicos produzidos com base nos pontos mais recorrentes de falta ética. O espaço também servirá para a categoria debater o seu fazer e discutir a sua prática em torno do tema.

A atividade, voltada a psicólogos e estudantes de Psicologia, dá início a projeto da Comissão de Ética que cria um espaço de diálogo com a categoria, promovendo a discussão de assuntos pertinentes do fazer dos/das psicólogos/as. A ideia é promover mensalmente rodas de conversa para tratar de fatos do exercício profissional que têm sido motivo de debates na Comissão.

Para participar desse primeiro encontro é preciso fazer inscrição pelo site www.crprs.org.br/eventos. Mais informações pelo e-mail comissoes@crprs.org.br ou pelo fone (51) 3334.6799.

11/05/2015 - CREPOP

CRPRS divulga agenda do Conversando sobre a Psicologia e o SUAS

Com o objetivo de discutir a prática da Psicologia no campo da Assistência Social, o CRPRS retoma a agenda de encontros do Conversando sobre a Psicologia e o SUAS. Os próximos encontros terão como tema a questão da Judicialização na Assistência Social, demandas que o Sistema de Justiça, como Ministério Público, Procuradorias, Varas de Família, tem feito para os/as psicólogos/as que trabalham nesse campo.

Em junho, estão programados encontros na Subsede Serra, em Caxias do Sul; na Subsede Centro-Oeste, em Santa Maria; na Sede do CRPRS, em Porto Alegre; e em Alegrete.

O projeto “Conversando sobre a Psicologia e o SUAS” teve início em 2010 e com o objetivo de propor espaços de discussão acerca da prática no campo da Assistência Social. Busca potencializar ações por meio do intercâmbio entre profissionais, possibilitando a superação dos desafios cotidianos do trabalho.

EDUCAÇÃO

- Luta pela consolidação de uma educação para todos que contemple a **diversidade** e que seja sustentada nos princípios da **cidadania**, da **alteridade**, do **compromisso social**, dos **direitos humanos** e do **respeito às singularidades**, enquanto fundamentos para uma efetiva inclusão social.
- Trabalhamos pelo cuidado ético e pela defesa de uma educação de qualidade, através da construção de projetos educacionais; da horizontalidade nas relações; do compromisso com a reestruturação do sistema educacional com enfoque na acessibilidade e equidade; da reflexão e ação responsável sobre a medicalização, patologização e judicialização da comunidade escolar, dentre outros.



EDUCAÇÃO

- A compreensão dos aspectos psicológicos que permeiam todo o processo educativo, e que influenciam os comportamentos e as relações das pessoas que formam a comunidade escolar, é de profunda importância para se construir uma Educação de qualidade.
- O CRPRS defende a participação efetiva da Psicologia nos processos de educação para construção de uma sociedade mais inclusiva, ética e livre.



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

25/06/2015 - Direitos Humanos

Igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul vem a público manifestar preocupação com as atuais propostas e movimentos que buscam excluir a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual dos planos municipais e estaduais de educação. É premente o risco de que, caso essas posições prejudicadas ações específicas que visem à redução da intolerância a orientações sexuais divergentes do modelo

As relações sociais vigentes são marcadas por estruturas dispostas hierarquicamente, submetendo diversas pessoas (pessoal, psicológica, institucional) e desigualdade. Consideramos discussões que promovam a desnaturalização dos papéis com que essas temáticas sejam discutidas no cotidiano e nos planos pedagógicos é fundamental para superar a série de discriminações, exclusões e iniquidades decorrentes da sexualidade.

O CRPRS manifesta sua preocupação com as atuais propostas e movimentos que buscam excluir a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual dos planos municipais e estaduais de educação.

Caso essas posições conservadoras avancem, podem ser prejudicadas ações específicas que visem à redução da desigualdade de gênero e o combate à intolerância a orientações sexuais divergentes do modelo hegemônico estabelecido.



Notícia publicada no site www.crprs.org.br

19/06/2015 Subsede Serra

Núcleo de Educação promove reunião temática "Educar na Diversidade"

O Núcleo de Educação da Subsede Serra promoveu em 17/06, em Caxias do Sul, a reunião temática "Educar na Diversidade". O encontro, realizado no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul (SMED), discutiu o tema da inclusão a partir dos conceitos de diversidade e direitos humanos, os desafios da educação contemporânea e as contribuições da Psicologia Educacional.



A diversidade do público participando foi importante para enriquecer o debate.

Psicólogos/as atuantes na rede pública e particular de educação, assistentes sociais, professores, coordenadores pedagógicos, estagiários de Serviço Social e representantes da Associação de LGBT da região participaram do encontro.

Notícia publicada no site www.crprs.org.br

10/11/2014 - Educação

Núcleo de Educação promove debate sobre inclusão nos processos educativos

Na sexta-feira, 07/11, o Núcleo de Educação promoveu o evento "Inclusão nos processos educativos: como a Psicologia pode contribuir?", no Auditório do CRPRS em Porto Alegre.

A psicóloga Andrea Severo da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades (FADERS) falou sobre a importância da estimulação precoce e do cuidado que devemos ter para que diagnósticos não se transformem em rótulos, antecipando e limitando o futuro da criança com deficiência. "Muitos diagnósticos colocam a criança no terreno da não possibilidade".

